

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Agrupamento de Escolas
D. Afonso Henriques
GUIMARÃES

2013
2014

Área Territorial de Inspeção
do Norte

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques – Guimarães**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre **7 e 10 de janeiro de 2014**. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica do Alto da Bandeira, a Escola Básica de Salgueiral e a Escola Básica de Mascotelos.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2013-2014** está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, situado no Sudoeste da cidade de Guimarães, foi constituído em 2001/2002, e, atualmente, integra sete estabelecimentos de educação e ensino: o Jardim de Infância de Candomo-Santiago e as escolas básicas de Mascotelos, de Teixeigueira-Silvares, do Alto da Bandeira-Creixomil, de Candomo-Santiago, de Salgueiral-Creixomil e D. Afonso Henriques-Creixomil (escola-sede). Na escola-sede, as instalações têm sido melhoradas, mas ainda carecem de obras ao nível da climatização e de áreas cobertas para o convívio de alunos.

A população escolar, em 2013-2014, é composta por 1338 crianças, alunos e formandos: 113 na educação pré-escolar (cinco grupos), 510 no 1.º ciclo (23 turmas, das quais cinco são mistas), 258 no 2.º ciclo (11 turmas), 433 no 3.º ciclo (18 turmas) e 24 no curso de ensino vocacional (uma turma). Cerca de 1% dos alunos não têm nacionalidade portuguesa.

Quanto à ação social escolar, verifica-se que 59% dos alunos do ensino básico não beneficiam de auxílios económicos. No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 66% dos alunos do ensino básico possuem computador e *internet* em casa. Os indicadores relativos à formação dos pais dos alunos permitem verificar que 14% têm uma formação superior e 35% secundária e superior. Quanto à ocupação profissional 28% dos pais dos alunos do ensino básico exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

De acordo com os dados fornecidos pelo Agrupamento, a educação e o ensino são assegurados por 108 docentes, dos quais 95% pertencem aos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 96% lecionam há 10 ou mais anos. Atualmente, o pessoal não docente é composto por 48 elementos, dos quais, 40 são assistentes operacionais, seis assistentes técnicos, uma chefe de administração escolar e um psicólogo, colocado, a tempo parcial. Cerca de 98% dos trabalhadores têm contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 54% têm 10 ou mais anos de serviço.

Nos anos letivos de 2010-2011 e 2011-2012, anos para os quais existem referentes nacionais calculados, a percentagem de alunos do 9.º ano sem auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, a percentagem de professores do 2.º e 3.º ciclo do quadro, bem como a média do número de anos das habilitações dos pais, situam-se próximos dos valores medianos se comparados com os do mesmo grupo de referência. Por sua vez, acima destes valores, está a percentagem de professores do 1.º ciclo do quadro e a percentagem de alunos do 4.º ano sem auxílios económicos no âmbito da ação social escolar. Quando comparado com outros do mesmo grupo de referência, o Agrupamento apresenta, no ano letivo 2011-2012, contrariamente ao verificado no ano letivo 2010-2011, variáveis de contexto bastante desfavoráveis.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Na educação pré-escolar, as aprendizagens das crianças são avaliadas por referência às orientações curriculares e aos objetivos do projeto educativo. Trimestralmente, são monitorizadas pelas docentes, através de instrumentos concebidos para o efeito e dadas a conhecer aos pais e encarregados de

educação. A análise dos resultados/aprendizagens é realizada no departamento curricular e no conselho pedagógico e reflete-se nas planificações mensais.

Analisando os resultados académicos dos alunos nos anos letivos 2010-2011 e 2011-2012 e comparando-os com os obtidos nas escolas/agrupamentos de contexto análogo, verifica-se que as taxas de conclusão do 9.º ano e, em 2011-2012, do 6.º ano estão acima dos valores esperados, ao invés do que sucede no 6.º ano, em 2010-2011, e no 4.º ano, em 2010-2011 e 2011-2012. Quando comparadas, as taxas de conclusão obtidas pelo Agrupamento, nos anos letivos em referência, verifica-se que há melhoria nas registadas no 6.º ano, ao contrário do que se verifica no 4.º ano.

Em 2011-2012, a percentagem de resultados positivos nas provas de aferição do 4.º ano e nas provas finais do 6.º ano está acima dos valores esperados, enquanto a percentagem de classificações positivas nas provas finais do 3.º ciclo, em Língua Portuguesa e em Matemática, está aquém destes valores.

Em 2011-2012, quando comparados os resultados do Agrupamento com os das escolas/agrupamentos com variáveis de contexto análogas, verifica-se que a taxa de conclusão do 4.º ano e as percentagens de classificações positivas nas provas finais do 9.º ano estão aquém da mediana. As taxas de conclusão dos 6.º e 9.º anos, a percentagem de classificações positivas na prova de aferição de Língua Portuguesa do 4.º ano e as percentagens de positivas nas provas finais do 6.º ano e na prova de aferição de Matemática do 4.º ano estão acima da mediana.

O Agrupamento, que apresenta variáveis de contexto desfavoráveis, regista, no referido biénio, resultados que se situam, globalmente, em linha com os valores esperados, quando comparados com os das escolas/agrupamentos de contexto análogo, mostrando progresso nos 1.º e 2.º ciclos.

Ao longo do tempo, o Agrupamento tem vindo a monitorizar a qualidade do sucesso em todos os ciclos de ensino, por ano de escolaridade, turma e disciplina. São também confrontados os desempenhos de cada disciplina na avaliação interna e externa, bem como a qualidade do sucesso. No entanto, ainda não é visível a eficácia destas reflexões e das medidas de apoio implementadas em algumas áreas, designadamente nos resultados das provas finais do 9.º ano.

As taxas de abandono e desistência escolares são residuais.

RESULTADOS SOCIAIS

O incentivo à participação dos alunos na vida das escolas é visível na atribuição de tarefas às crianças da educação pré-escolar, na eleição de delegados de turma no 1.º ciclo e no envolvimento dos alunos na elaboração dos planos de turma. Esta participação estende-se, ainda, através dos representantes eleitos, aos conselhos de turma intercalares.

A dimensão cívica, o comportamento e a disciplina são vertentes transversais, trabalhadas na sala de atividades/aula, nos diferentes níveis de educação e ensino. Os alunos manifestam um comportamento disciplinado, no respeito pelas regras instituídas. A grande proximidade entre as crianças e alunos e os diversos profissionais é determinante do bom ambiente educativo.

A participação em ações de solidariedade (recolha de alimentos e brinquedos, entrega de cabazes de Natal), de educação ambiental (palestras, concursos), de âmbito desportivo (Desporto Escolar) e de educação para a saúde (palestras, projetos), entre outras, com mérito reconhecido nos prémios obtidos, são exemplos de iniciativas que contam com a mobilização de um número significativo de alunos e concorrem para a sua formação integral.

Destacam-se condições promotoras do sucesso educativo e social das crianças e dos alunos na variedade de oferta educativa/formativa, nas respostas aos alunos economicamente menos favorecidos e na disponibilidade dos docentes para os apoiar.

O Agrupamento, informalmente, possui informação sobre os alunos que prosseguem estudos na escola secundária, quando terminam a escolaridade na escola-sede, já que não instituiu dispositivos formais de acompanhamento que permitam aferir o impacto das aprendizagens nos seus percursos de vida futura.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O grau de satisfação da comunidade educativa sobre o serviço prestado pelo Agrupamento, decorrente da aplicação dos questionários no âmbito do presente processo de avaliação externa, é diferenciado, sendo os docentes os que se mostram mais satisfeitos. Genericamente, os alunos destacam como muito positivo a compreensão do que o professor explica nas aulas, o conhecimento das regras e dos critérios de avaliação, a identificação com a escola, a segurança e as amizades criadas, havendo alguma discordância quanto à participação em clubes e projetos, à frequência da utilização do computador na sala de aula, às instalações e qualidade do serviço de refeitório/bufete da escola-sede. Os encarregados de educação, como muito positivo, destacam a disponibilidade do diretor de turma e a boa ligação que estabelece com a família, a informação transmitida sobre as atividades e as aprendizagens dos educandos e as amizades que os seus filhos têm na escola. Por outro lado, mostram desagrado com as instalações e com os almoços servidos. Os trabalhadores, docentes e não docentes, revelam maior satisfação com a direção, a abertura ao exterior e o funcionamento dos serviços administrativos, manifestando alguma discordância quanto às instalações, inadequação dos espaços de desporto e de recreio e ao refeitório.

Os sucessos, individuais e coletivos, são estimulados através da exposição de trabalhos, da atribuição de prémios, nos espaços escolares e da comunidade, e de divulgação no sítio do Agrupamento. Ainda numa perspetiva de reconhecimento do mérito e de incentivo à aprendizagem está prevista a atribuição de prémios de excelência e de sucesso para os alunos com melhores desempenhos. Estas ações têm contribuído para estabelecer nos alunos, nas famílias e nos profissionais expectativas positivas face ao serviço educativo prestado.

Regista-se a articulação com as entidades da comunidade, sendo reconhecido o serviço educativo prestado. A este aspetto contrapõe-se a reduzida divulgação da ação do Agrupamento, nomeadamente dos resultados académicos e sociais que têm alcançado, no sentido de reforçar a sua imagem na comunidade.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. O Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Os documentos da ação educativa, designadamente os planos de grupos e de turma, seguem as linhas de ação orientadoras definidas no projeto educativo, também especificadas no documento designado planos de estudo e de desenvolvimento do currículo elaborado para o triénio de 2013-2014 a 2015-2016, promotor da gestão articulada do currículo e da sua contextualização com o meio.

As transições de ciclo de ensino ou de nível de educação, facilitadas pela existência de um corpo docente estável, são planificadas e sequencialmente articuladas. Na transição entre ciclos e níveis de ensino, os docentes dos níveis ou ciclos anteriores prestam informação pertinente sobre as crianças e alunos para a constituição dos grupos e turmas.

É com base nessa informação recolhida e na avaliação diagnóstica, realizada no início do ano letivo, que se organizam os planos de trabalho de grupo/turma. Esses planos, para além da caracterização global da turma e de cada aluno em particular, contemplam estratégias de remediação, atividades de enriquecimento curricular e o grau de participação do grupo ou turma nos projetos e iniciativas do plano anual de atividades. Todavia, as medidas de promoção do sucesso ainda não se repercutem, com eficácia, em alguns resultados escolares dos alunos.

Resulta evidente a reflexão levada a cabo por todos os docentes, sob orientação das estruturas intermédias, acerca das estratégias de ensino e aprendizagem e da uniformização de procedimentos, tanto no que respeita à gestão da sala de aula, como às metodologias mais ajustadas aos diferentes grupos e turmas. Esta reflexão concretiza-se nas planificações anuais e trimestrais e nos critérios específicos de avaliação, sendo os últimos enquadrados e suportados pelos critérios gerais de avaliação, revistos e aprovados em conselho pedagógico. De ressalvar o trabalho desenvolvido pelo departamento da educação pré-escolar que, em articulação com os docentes do 1.º ano, considerando as metas de aprendizagem, definiu as características da criança no final daquele nível de educação.

Está garantida a coerência entre o ensino e a avaliação através da articulação entre as diferentes modalidades de avaliação e pela definição de critérios gerais e específicos, amplamente divulgados aos alunos e pais e encarregados de educação, no início de cada ano letivo.

PRÁTICAS DE ENSINO

Na prática letiva, conduzida em conformidade com o grau de consecução das planificações de médio/longo prazo, são definidas estratégias de motivação e apoio que visam o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos.

Releva-se a abordagem interdisciplinar do currículo e a adoção de estratégias decorrentes do trabalho colaborativo entre os docentes, enquanto práticas promotoras da adequação e coerência das planificações. Merecem, ainda, destaque as atividades transversais a todos os níveis de educação e ensino desenvolvidas pelos responsáveis das bibliotecas escolares, que promovem eventos culturais, que envolvem, para além dos alunos, outros elementos da comunidade educativa, e ações de apoio à lecionação dos conteúdos curriculares.

A dimensão artística é valorizada no Agrupamento, desde logo pela oferta do ensino articulado da Música e pela existência de uma orquestra. A criatividade das crianças e alunos é estimulada através da visibilidade conferida aos trabalhos que realizam e do incentivo à participação em vários concursos e iniciativas que, no âmbito do plano anual de atividades, também congregam elementos da comunidade.

A realização de atividades práticas e experimentais e o recurso às tecnologias de informação e comunicação, designadamente aos quadros interativos, não se encontram uniformemente disseminadas.

Fomentada pelas estruturas intermédias e de topo, é patente uma cultura de rigor e exigência, evidenciada na uniformização de documentos e procedimentos, na elaboração conjunta de testes e utilização de grelhas de correção, na definição de critérios de avaliação e na reflexão sobre metodologias e práticas, assim como na rendibilização dos recursos humanos e dos tempos letivos, de forma a melhor responder às necessidades dos alunos. Não se encontram, todavia, definidas estratégias de diferenciação pedagógica dirigidas a eventuais crianças e alunos com talentos e capacidades excepcionais, pese embora a existência de mecanismos de reconhecimento do sucesso e excelência dos melhores alunos.

Constata-se uma mobilização efetiva de recursos para crianças e alunos com necessidades educativas especiais, consubstanciada num acompanhamento sistemático, já consolidado, que proporciona respostas adequadas às problemáticas referenciadas e à especificidade de cada um. É um ponto forte do Agrupamento, o trabalho desenvolvido pelos docentes de educação especial em articulação com os docentes titulares e/ou diretores de turma, com as famílias e com as entidades parceiras, de entre as quais a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Guimarães (CERCIGUI),

com quem estão estabelecidos protocolos, que visam a inclusão dos alunos apoiados e a sua transição para a vida pós escolar.

Destaca-se, também, o trabalho de qualidade, com um cariz multidisciplinar, desenvolvido pela Equipa de Intervenção Precoce que permite a prestação de um importante apoio, em diversas valências, às crianças com necessidades educativas especiais de caráter permanente, preparando o seu ingresso na educação pré-escolar.

Os coordenadores dos departamentos curriculares supervisionam o trabalho desenvolvido em sala de aula, a partir dos relatos dos docentes e dos seus registos, assim como ao nível da planificação e do cumprimento dos programas. No entanto, não está instituída a observação da prática letiva em contexto de sala de aula, como estratégia de aperfeiçoamento e de desenvolvimento dos docentes, facto que já havia sido identificado na anterior avaliação externa.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Os dados fornecidos pelas modalidades de avaliação diagnóstica, formativa e pelas práticas regulares de autoavaliação dos alunos são usados para promover a adequação sucessiva das planificações de curto/médio e longo prazo, sendo o primado da avaliação formativa assumido pelas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, como processo autorregulador do ensino e da aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação, tal como os critérios gerais e específicos, definidos e aferidos pelas estruturas intermédias, garantem a fiabilidade e rigor dos procedimentos avaliativos. Estes critérios, assim como todas as orientações relativas à avaliação dos alunos, provindas do conselho pedagógico, são conhecidos e operacionalizados pelos docentes sendo, também, amplamente divulgados junto dos pais e encarregados de educação, que recebem trimestralmente informação detalhada sobre o processo educativo dos seus educandos.

É patente o trabalho colaborativo entre docentes e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, designadamente ao nível da planificação, da análise dos resultados escolares, da produção de materiais didáticos e da partilha de experiências e estratégias promotoras do sucesso académico dos alunos, cujos instrumentos e relatos são divulgados por correio eletrónico, através da plataforma *Moodle* no sítio do Agrupamento, em reuniões e ou formação.

O abandono escolar é residual, decorrente dos mecanismos de prevenção desenvolvidos pelo Agrupamento através das tutorias, da diversificação da oferta formativa (consolidada no ano letivo 2013-2014 num curso vocacional e nos anos letivos anteriores na oferta de cursos de educação formação) e do acompanhamento das situações mais críticas pelos diretores de turma, em articulação com o psicólogo e outros técnicos de serviço social provenientes das instituições de proximidade, com quem o Agrupamento mantém protocolos, designadamente com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, a Associação Fraterna e o Lar de Santa Estefânia. Estes protocolos, entre outros, têm sido potenciados pela direção, tendo o Agrupamento, face aos bons resultados alcançados, se tornado atrativo para a transferência de alunos com problemas de comportamento ou institucionalizados.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. O Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo, concebido para o triénio 2013-2014 a 2015-2016, explicita as áreas de intervenção e ações prioritárias a desenvolver pelo Agrupamento. Foram definidas as metas, traçados os objetivos e respetivos indicadores, constituindo-se como um documento estratégico de conceção e planeamento da ação educativa. Falta, contudo, que a identificação dos problemas nele vertida reflita, com mais precisão, a realidade do Agrupamento. O projeto educativo e demais documentos estruturantes conferem unidade e sentido à prestação do serviço educativo.

As lideranças, de topo e intermédias, são reconhecidas e valorizadas pela comunidade educativa. Conhecem claramente os seus campos de atuação, encontram-se empenhadas e motivadas no exercício das suas funções e mobilizadas para responder aos principais desafios do Agrupamento. Foi visível uma enraizada cultura colaborativa e de corresponsabilização das diferentes lideranças nos processos de gestão.

O Agrupamento dispõe de um conjunto alargado de projetos, parcerias e protocolos que são reconhecidos e valorizados pelos diferentes órgãos e estruturas intermédias e têm um impacto positivo na prestação do serviço educativo. Dentre os protocolos celebrados, destacam-se, pela sua importância estratégica, os estabelecidos com a Câmara Municipal de Guimarães, a Fraterna, a Oficina, a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e a Academia de Música Valentim Moreira de Sá.

Ficou bem patente que a direção, pela via do diálogo, sabe prevenir e gerir os conflitos promovendo uma relação de confiança entre os diversos atores educativos e com reflexos positivos no clima organizacional.

Apesar dos equipamentos não serem novos, tem havido um trabalho conjunto, entre a direção do Agrupamento e a Câmara Municipal de Guimarães, de manutenção e conservação dos mesmos. A título de exemplo, regista-se a recente intervenção no refeitório, realizada pela autarquia na escola-sede, o que contribui para a qualidade do serviço que é prestado aos alunos.

GESTÃO

A afetação dos recursos humanos e materiais é pautada por critérios de continuidade, valorização e reconhecimento dos seus profissionais. Na afetação desses recursos tem-se em conta o perfil e as competências dos profissionais, salvaguardando-se a qualidade do serviço a prestar e a satisfação dos trabalhadores envolvidos. A direção pauta as suas práticas de gestão no respeito pelos critérios de equidade e justiça, reconhecidas, aliás, pela comunidade educativa.

No plano de estudos e do desenvolvimento do currículo explicitam-se com clareza os critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço e são do conhecimento da comunidade educativa. Privilegia-se a continuidade das equipas educativas e existe uma particular preocupação com a atribuição do cargo de diretor de turma, dada a sua relevância estratégica na vida escolar.

A direção conhece bem e potencia as competências dos seus profissionais, afetando estes recursos, com formação especializada, a determinadas áreas e projetos. Os procedimentos relativos à avaliação de desempenho são conhecidos pelos profissionais.

O Agrupamento elabora o seu plano de formação com base no levantamento das necessidades e, em articulação com o Centro de Formação Francisco de Holanda, procura realizar as ações de formação nas áreas prioritárias de intervenção vertidas no projeto educativo. Em algumas dessas ações a sua dinamização é da responsabilidade de formadores internos, o que permitiu em particular, ao nível do pessoal não docente, debelar um ponto fraco explicitado no anterior relatório de avaliação externa.

Os circuitos de comunicação interna e externa são eficazes, diversificados e consolidados. O sítio do Agrupamento está bem organizado, dispõe da informação considerada relevante e necessária, assumindo-se como um elo de ligação privilegiado com a comunidade educativa. Está generalizado o uso de correio eletrónico e reconhece-se a plataforma *Moodle* como uma importante ferramenta pedagógica a manter e a consolidar.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

Existem práticas intencionais e sistemáticas de autoavaliação que ocorrem nas diferentes estruturas intermédias e órgãos do Agrupamento. A avaliação dos resultados académicos e demais atividades realizadas são objeto de uma profunda análise e reflexão, permitindo, sempre que necessário, uma reorientação da prática educativa.

O reconhecimento dos pontos fortes e fracos constantes do relatório da primeira avaliação externa, realizada em novembro de 2008, permitiu intervir nas áreas consideradas prioritárias, em consequência da elaboração de planos de melhoria que tiveram impactos positivos na vida do Agrupamento.

A equipa de autoavaliação atual, apenas constituída por docentes, encontra-se empenhada e motivada no exercício das suas funções ainda que reconheça a necessidade de formação adequada para que o seu trabalho seja mais consistente. No relatório produzido e apresentado em dezembro de 2013, pela equipa de autoavaliação, fez-se a compilação de dados relativo à análise de resultados académicos, medidas de apoio aplicadas, situações de caráter disciplinar identificadas nos diferentes ciclos e o grau de participação dos pais e encarregados de educação na vida do Agrupamento. Contudo, não foram elaborados planos de melhoria que permitam proceder, caso necessário, a uma reorientação da prática educativa, pelo que não é visível, ainda, um impacto da autoavaliação no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.

Ainda que existam práticas de autoavaliação intencionais e sistemáticas ao nível das diferentes estruturas e órgãos é necessário consolidar tais práticas com a implementação de planos de melhoria de forma a melhorar e garantir a qualidade do serviço a prestar a toda a comunidade educativa.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. O Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- O clima de tranquilidade que se vive no quotidiano escolar, em resultado da ação concertada dos profissionais na promoção de um bom ambiente educativo.
- A abordagem interdisciplinar do currículo e a adoção de estratégias decorrentes do trabalho colaborativo entre os docentes, enquanto práticas promotoras da adequação e coerência das planificações.
- A ação das bibliotecas escolares, pela promoção de eventos culturais destinados à comunidade escolar e pelo apoio prestado à lecionação dos conteúdos curriculares.

- A estratégia para a inclusão e integração das crianças e alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, resultante do envolvimento das equipas multidisciplinares e dos parceiros, promotora da igualdade de oportunidades e do convívio com a diferença.
- A liderança partilhada e motivadora da diretora com reflexos na mobilização das lideranças intermédias e na participação dos pais e encarregados de educação.
- A gestão criteriosa dos recursos humanos, centrada nas pessoas e nas suas competências profissionais, que tem contribuído para o bom funcionamento geral.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- O aprofundamento da análise e reflexão sobre os fatores internos explicativos do insucesso em algumas áreas, nomeadamente nas provas finais do 9.º ano, com vista à melhoria dos desempenhos dos alunos.
- O acompanhamento dos percursos educativos dos alunos, após a conclusão de estudos no Agrupamento, de modo a aferir o impacto das aprendizagens na sua vida futura.
- A disseminação das atividades práticas e experimentais e o uso das tecnologias de informação e comunicação, tendo em vista potenciar a diversificação das metodologias, assim como o espírito científico e as competências de pesquisa dos alunos.
- O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, no sentido de ampliar os processos de partilha e reflexão sobre as práticas pedagógicas.
- A consolidação do dispositivo de autoavaliação existente, tornando-o mais representativo e com planos de melhoria de modo a proporcionar o desenvolvimento da capacidade de autorregulação e melhoria do Agrupamento.

09-06-2014

A Equipa de Avaliação Externa: António Guedes, Fátima Marinho e Filomena Vidal.

Concordo. À consideração do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para homologação.
A Subinspetora-Geral da Educação e Ciência

Homologo.
O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar